



PALACETE 10 DE JULHO

Uma casa, muitas histórias

No centro de Pindamonhangaba, o Palacete 10 de Julho guarda, em suas paredes, pisos, salões e ornamentos, parte importante da história da cidade. Construído originalmente como residência de uma família ligada à aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba, o edifício atravessou diferentes momentos da vida pública do município. Ao longo de sua trajetória, abrigou a Câmara Municipal, a Prefeitura e outros serviços públicos, até assumir sua atual vocação como espaço dedicado à cultura, à memória e à preservação do patrimônio de Pindamonhangaba.

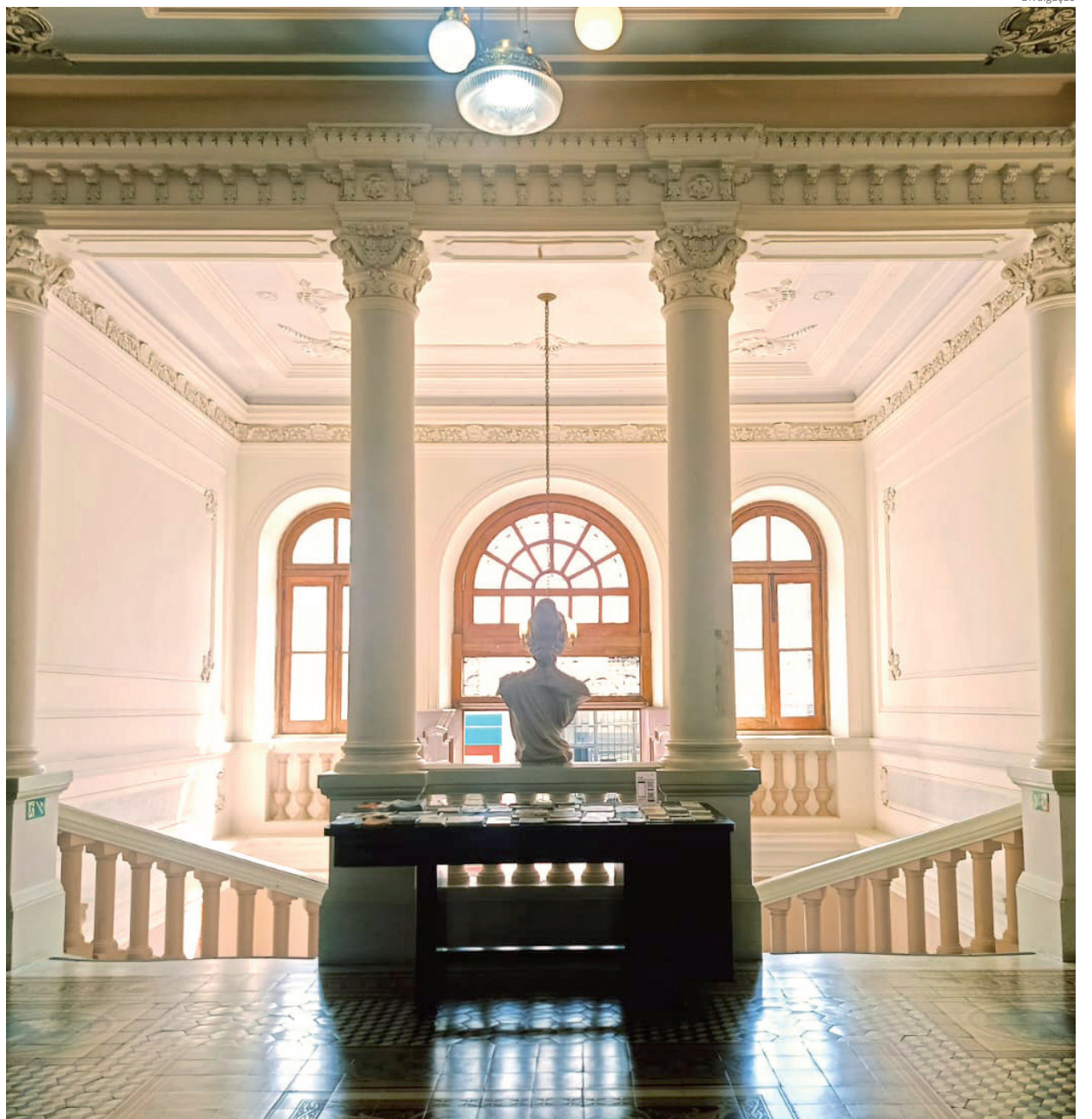
De Solar de Tetequera a símbolo da riqueza cafeeira

Há diferentes registros sobre a construção do Palacete. Alguns indicam que a obra começou por volta de 1850 e que o imóvel foi inaugurado em 1856, quando ainda era conhecido como Solar da Fazenda Tetequera. Já o parecer de tombamento federal do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - trabalha com o período de 1866 para início das obras e 1875, sua finalização. O projeto é atribuído ao francês Charles Peyrouton, profissional de grande prestígio na região. Sua atuação ajudou a introduzir no edifício referências arquitetônicas europeias que dialogavam com os padrões valorizados pela elite do período.

Quem ergueu o Palacete?

A construção do Palacete não pode ser contada apenas pelo nome de quem concebeu seu projeto. Ela reuniu diferentes profissionais, saberes e trabalhadores. Entre eles estava o francês Pièrre Helly Chevassu, conhecido como Pedro Elias Chevassu, que chegou a Pindamonhangaba em 1855. Chevassu teria colaborado nos trabalhos da construção ao lado do mestre de obras Francisco Antônio de Carvalho, o “Chiquinho do Gregório”.

A execução também contou com uma mão de obra por muito tempo pouco reconhecida nas narrativas sobre os grandes casarões do café: trabalhadores negros escravizados, que participaram diretamente da construção de edifícios que transformaram a paisagem



Divulgação

O projeto do Palacete 10 de Julho, outrora Solar de Tetequera, é atribuído ao francês Charles Peyrouton

urbana de Pindamonhangaba e de todo Vale do Paraíba no século XIX. Reconhecer esses diferentes agentes amplia a compreensão desse patrimônio. Por trás de

sua arquitetura estão os profissionais que projetaram e coordenaram a obra, mas também as muitas mãos que efetivamente a ergueram.

O edifício apresenta características neoclássicas e ecléticas, reunindo diferentes repertórios decorativos. Sua imponência não era apenas uma escolha estética: a residência também comunicava a riqueza, o prestígio e a posição social de seus proprietários. Com aproximadamente 1.180 metros quadrados, foi organizado em três níveis: porão, pavimento térreo e pavimento superior. A obra marca ainda uma transformação das técnicas construtivas, com o emprego de alvenaria de tijolos queimados em uma região onde predominava a taipa de pilão.

A sofisticação aparecia nos materiais e acabamentos: assoalhos em pinho-de-riga, gradis de ferro fundido, mármore, ladrilhos hidráulicos, esquadrias, trabalhos em gesso e forros de madeira. A planta trazia ainda uma solução inovadora para a época: o porão elevava o pavimento principal em relação à rua e concentrava as áreas de serviço.

Atravessar as portas do Palacete é conhecer uma riqueza que vai além da fachada: escadarias, pisos, forros, pinturas e ornamentos revelam um interior cuidadosamente elaborado



Editorial PALACETE 10 DE JULHO, guardião da memória da cidade

*Mais do que um belo edifício no coração de Pindamonhangaba, o **Palacete 10 de Julho** é um verdadeiro guardião da memória da cidade. Suas paredes testemunharam transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que ajudaram a construir a identidade do município ao longo de mais de um século.*

*Nesta edição dos **Fascículos do Patrimônio**, convidamos o leitor a percorrer a trajetória desse importante bem cultural, reconhecido em âmbito estadual e federal por seu valor histórico, arquitetônico e simbólico. Ao conhecer seus detalhes, seus usos ao longo do tempo e as histórias que abriga, compreendemos que o patrimônio vai muito além da preservação de prédios antigos: ele nos conecta às pessoas, aos acontecimentos e às experiências que moldaram nossa comunidade.*

O Palacete também nos convida a refletir sobre as múltiplas narrativas presentes em nossa história, incluindo aquelas que por muito tempo permaneceram pouco visíveis. Preservar é, antes de tudo, ampliar o olhar sobre o passado e garantir que diferentes memórias possam ser conhecidas pelas futuras gerações.

Que esta leitura desperte a curiosidade, fortaleça o sentimento de pertencimento e reforce a importância de valorizar e proteger os bens culturais que fazem de Pindamonhangaba uma cidade rica em história, memória e identidade.

Rebeca Guaragna Guedes
Secretária de Cultura e Turismo de Pindamonhangaba

EXPEDIENTE

Fascículos do Patrimônio de Pindamonhangaba

Edição 01 | 16 de setembro de 2026

Publicação da Prefeitura de Pindamonhangaba, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo – Divisão de Patrimônio Histórico, com a colaboração do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Ambiental e Arquitetônico de Pindamonhangaba – CMPHCAAP.

Pesquisa histórica e texto:

Divisão de Patrimônio Histórico

Colaboração:

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Ambiental e Arquitetônico de Pindamonhangaba – CMPHCAAP

Projeto gráfico e diagramação:

José Marcelo Randes

Fotografias e acervos:

Divulgação

Coordenação:

Mauro Celso Barbosa
Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico

Impressão:

Fundação Dr. João Romeiro
Jornal Tribuna do Norte

Realização:

Prefeitura de Pindamonhangaba
Secretaria de Cultura e Turismo
Divisão de Patrimônio Histórico
Pindamonhangaba – SP | 2026

Uma arquitetura feita de detalhes

Basta atravessar as portas do Palacete para perceber que sua riqueza não está apenas na fachada. Escadarias, pisos, forros, pinturas e ornamentos revelam um interior cuidadosamente elaborado, no qual cada detalhe ajuda a contar a história do edifício.

No hall de entrada, a escadaria de mármore, ladeada por colunas e balaustradas, conduz ao pavimento superior. O piso é formado por ladrilhos hidráulicos de origem belga, nos cantos, quatro figuras mitológicas — leão, águia, peixe e dragão e outros desenhos criam efeitos de perspectiva tridimensional. Padrões semelhantes foram identificados na atual Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro.

Entre as colunas, no topo da escada, está o busto de Marianne, representação feminina da República, acompanhado da divisa “Ordem e Progresso”. Segundo parecer do IPHAN, a peça é atribuída

Divulgação



A icônica claraboia no centro do hall

ao artista Agostinho Edísio. O contraste é significativo: concebido durante o Império, o edifício recebeu posteriormente um símbolo republicano.

No pavimento superior, pisos, portas, janelas e forros de madeira convivem com trabalhos em gesso e estuque. No centro do hall, a claraboia, decorada internamente em branco e dourado, ilumina e integra a composição dos ambientes. Sua presença já aparece registrada no processo de tombamento de 1969. Nos salões nobre e de festas, madeira, gesso e pintura criam relevos e profundidades.

Durante a restauração, prospecções em paredes e forros revelaram vestígios de antigas pinturas e papéis de parede, ajudando a identificar diferentes momentos da história da construção.

Esse conjunto ajuda a compreender o que o IPHAN definiu como a “riqueza da paisagem do interior”. Os ambientes expressavam não apenas funções cotidianas, mas também o gosto, o refinamento e a posição social de seus moradores.

Na fachada, quatro esculturas representam as estações do ano — primavera, verão, outono e inverno —, enquanto as sacadas preservam gradis de ferro trabalhado, referências ao repertório clássico e europeu valorizado pelas elites do século XIX.

O edifício também reúne tradição e inovação. A implantação junto à rua e as paredes espessas convivem com materiais e técnicas então considerados modernos, como alvenaria de tijolos, ferro fundido, ladrilhos hidráulicos, mármore e pinho de Riga.

Mais do que ornamentar o Palacete, esses detalhes revelam modos de construir e viver de uma época e ajudam a compreender as transformações culturais e técnicas vividas por Pindamonhangaba.

O ESPLENDOR TAMBÉM TINHA SUAS SOMBRAS

A beleza do Palacete não pode ser separada das condições sociais que possibilitaram sua construção. A riqueza da economia cafeeira do Vale do Paraíba esteve diretamente ligada ao trabalho de pessoas negras escravizadas. Em Pindamonhangaba, os registros indicam que, em 1878, havia 3.718 pessoas escravizadas em uma população de 14.636 habitantes. Em 1882, o município ocupava a terceira posição na região em número de pessoas escravizadas.

O primeiro proprietário e morador do Palacete foi Inácio Bicudo de Siqueira Salgado, o Barão de Itapeva. Uma relação publicada pela Tribuna do Norte em 1884 registra o barão como proprietário de 72 pessoas escravizadas.

O próprio Palacete conserva marcas dessa sociedade. Durante o período em que funcionou como residência dos Barões de Itapeva, o porão abrigava áreas de

serviço e espaços destinados às carruagens, além de ter sido utilizado como moradia de pessoas escravizadas.

Assim, o edifício permite observar simultaneamente a riqueza produzida pelo café e as desigualdades que fizeram parte daquela sociedade.

Reconhecer essa dimensão é importante porque, como destaca a documentação do IPHAN, a história desses patrimônios precisa incluir também o protagonismo da população negra na construção e manutenção dos edifícios.

Uma fotografia da fachada não mostra quem transportou materiais, quem limpou seus ambientes, quem cozinhou, cuidou da casa ou trabalhou nos espaços de serviço. Por isso, olhar para o patrimônio significa também procurar aquilo que durante muito tempo apareceu menos nas narrativas oficiais.

De residência particular à casa dos poderes públicos

Com o final do século XIX, o Vale do Paraíba passou por profundas transformações. A economia cafeeira perdeu progressivamente sua força, enquanto o Brasil atravessava mudanças decisivas, como a Abolição da Escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889.

O Barão de Itapeva morreu em 1894. Sua esposa, Dona Eugênia Bicudo Salgado, faleceu em 1925.

Três anos depois, os herdeiros negociaram o antigo solar. O imóvel, localizado na região central, na atual Rua Deputado Claro Cesar, antiga Rua Sete de Setembro, interessava à Câmara Municipal.

A Tribuna do Norte, em 24 de junho de 1928, registrou a aquisição do palacete pela municipalidade para instalação da Câmara, pelo valor de 200 contos de réis.

A negociação, entretanto, não foi recebida de maneira unânime. Parte da imprensa local questionou a compra, argumentando que o município enfrentava outras necessidades, como problemas no abastecimento de água, no mercado, nas ruas e nas próprias finanças públicas.

O episódio é interessante porque mostra que o valor de um patrimônio não é necessariamente evidente para todos em todos os momentos. O que deve ser preservado, quanto investir e quais necessidades devem ser priorizadas são questões que fazem parte da própria história do patrimônio.

A documentação também registra acusações feitas pela imprensa contra autoridades envolvidas na negociação. Essas acusações devem ser entendidas como parte da disputa política daquele período, e não automaticamente como fatos comprovados.

Essa é uma lição importante para quem pesquisa memória e patrimônio: documentos também precisam ser lidos dentro do contexto em que foram produzidos.

Um novo nome: Palacete 10 de Julho

Durante anos, o antigo Solar de Tetequera esteve ligado à vida administrativa da cidade. Em 11 de junho de 1948, a Lei nº 18 oficializou o nome Palacete 10 de Julho, em referência à data magna de Pindamonhangaba: 10 de julho de 1705, quando o povoado recebeu foros de vila e se emancipou politicamente de Taubaté. O novo nome aproximava o edifício da própria identidade do município.

Em 1969, o Palacete foi tombado pelo CONDEPHAAT, no processo nº 07864/69, como monumento histórico e artístico de São Paulo. O tombamento incluiu também pinturas, decorações e dependências integradas ao conjunto arquitetônico.



Em 1969, o Palacete foi tombado pelo CONDEPHAAT

O Palacete e a vida pública da cidade

Durante grande parte do século XX, Prefeitura e Câmara Municipal compartilharam os espaços do Palacete. Em 1984, o Legislativo deixou o pavimento superior e retornou ao Palacete Tiradentes. O Poder Executivo permaneceu no imóvel até julho de 2007.

A saída da Prefeitura abriu espaço para uma nova etapa: restaurar o edifício e adaptá-lo para usos relacionados à cultura e à memória.

Restaurar não é voltar no tempo

As obras de restauração começaram em 2009. O projeto contou com recursos superiores a R\$ 7 milhões por meio da Lei Rouanet e incorporou soluções de acessibilidade.

Antes mesmo de iniciar o restauro dos elementos arquitetônicos e decorativos, porém, foi necessário enfrentar um desafio estrutural. A Empresa Paulicéia de Restauração, responsável pela execução obra, constatou que o edifício havia sofrido um rebaixamento de aproximadamente 13 cm, foi preciso realizar uma complexa intervenção para corrigir esse desnível e estabilizar a construção antes de avançar para as demais etapas do trabalho. O projeto de restauração procurou conciliar duas necessidades: preservar as características históricas do Palacete e permitir que ele continuasse sendo utilizado pela população.

Foram estudados materiais, pinturas, técnicas construtivas e elementos decorativos. As intervenções buscaram recuperar o edifício sem apagar suas marcas históricas. Ao mesmo tempo, recursos necessários à acessibilidade, segurança e funcionamento contemporâneo foram incorporados de maneira compatível com a construção.

Em 1º de dezembro de 2014, o espaço foi reaberto ao público como equipamento cultural.

De centro do poder a lugar de memória

Depois da restauração, o Palacete passou a acolher atividades voltadas à cultura, à documentação e à preservação da memória de Pindamonhangaba.

O subsolo recebeu o Arquivo Histórico Dr. Waldomiro Benedito de Abreu – Centro de Memória Barão Homem de Mello, destinado à preservação, organização, classificação e divulgação de documentos históricos. A partir de 2017, o edifício também passou a receber atividades da Secretaria de Cultura e Turismo, da Fototeca, da Academia Pindamonhangabense de Letras, exposições, oficinas e reuniões de conselhos municipais.

A função do edifício mudou novamente. De residência privada a sede dos poderes públicos, tornou-se espaço de cultura e memória.

O edifício ganhou, assim, uma nova função: não apenas guardar a própria história, mas ajudar a cidade a guardar e conhecer outras histórias.

É nesse ponto que patrimônio e memória se encontram de maneira especialmente forte.

QUEM DECIDE O QUE UMA CIDADE PRESERVA?

Hoje, quando encontramos um prédio tombado, pode parecer que seu valor sempre foi evidente. A história do Palacete mostra que não é tão simples.

O historiador Ulpiano Bezerra de Meneses observa que o valor cultural de um bem não é uma característica natural ou permanente da própria coisa. Ele é produzido e reconhecido nas

relações sociais, nos usos e nos significados atribuídos pelos diferentes grupos. Laurajane Smith também compreende o patrimônio como um processo cultural, no qual sociedades produzem, negociam e comunicam sentidos sobre o passado.

A própria história do Palacete demonstra isso. Em 1928, sua aquisição

pelo município foi discutida publicamente. Décadas depois, o edifício foi tombado pelo Estado e, mais recentemente, reconhecido também em âmbito federal.

Patrimônio, portanto, envolve escolhas, disputas, pesquisas e diferentes formas de compreender o que deve ser preservado.

Memória não é uma só

Memória é construída nas relações entre indivíduos, grupos e espaços.

Pensar o Palacete a partir dessa perspectiva significa perguntar: de quem é a memória que esse prédio preserva?

Há a memória dos proprietários, do poder público, dos trabalhadores, da população negra, dos servidores, dos moradores, dos pesquisadores e dos visitantes. Cada grupo pode estabelecer uma relação diferente com o mesmo espaço.

Por isso, preservar o Palacete também significa ampliar as perguntas sobre as pessoas e experiências que fizeram parte de sua história.

Um lugar de memória

O Palacete 10 de Julho guarda, em sua arquitetura, diferentes tempos da história de Pindamonhangaba: o período imperial, a economia cafeeira, a escravidão, a formação urbana da cidade, a transformação do espaço privado em público e, mais tarde, as ações de preservação e valorização cultural.

É nesse sentido que podemos aproximá-lo da ideia de “lugares de memória”, expressão utilizada por Pierre Nora para pensar espaços, objetos e símbolos que concentram significados e ajudam uma sociedade a lembrar.

Patrimônio é uma ponte

Preservamos algo porque veio antes de nós, mas também porque queremos que continue existindo depois de nós. O patrimônio estabelece, assim, uma conversa entre passado, presente e futuro.



O Palacete 10 de Julho guarda diferentes tempos da história de Pindamonhangaba

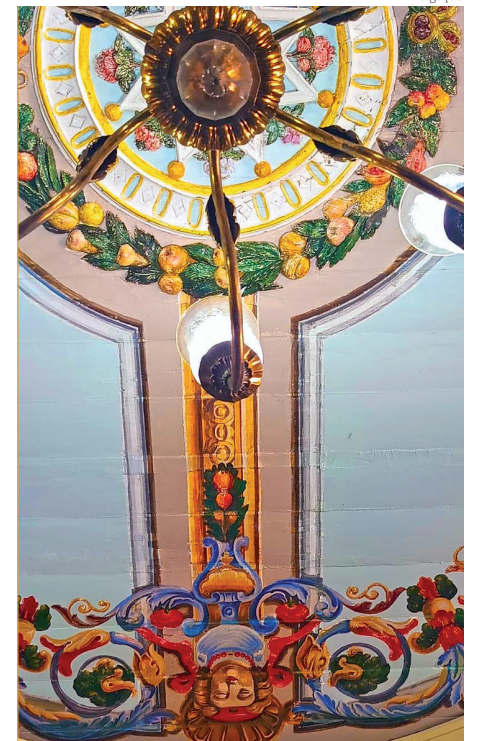
O que a arquitetura pode contar?

O mármore, a madeira, os ladrilhos, as pinturas, as portas, as escadarias, o porão e os salões são pistas sobre o passado. Mas nenhuma dessas pistas conta a história inteira sozinha.

É preciso relacionar a arquitetura aos documentos, fotografias, pesquisas, memórias e diferentes vozes que ajudam a

interpretar o lugar. As prospecções realizadas no Palacete mostram isso de maneira concreta: uma pequena abertura na parede pode revelar uma pintura antiga, uma camada de papel ou uma transformação ocorrida décadas antes.

A arquitetura, nesse sentido, também é documento.



No teto, por toda parte, destacam-se elementos decorativos complexos

CURIOSIDADE: UM NOME NOS JORNAIS

A relação de Pedro Elias Chevassu com Pindamonhangaba não se limitou aos trabalhos realizados na cidade. O francês estabeleceu-se no município, onde viveu por muitos anos e constituiu vínculos familiares, deixando descendentes que permaneceram na região.

Essa permanência também aparece documentada na imprensa do século XIX. Em 17 de dezembro de 1875, a Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, noticiou sua morte em Pindamonhangaba, vítima de pneumonia tifoide. O jornal registra que Chevassu vivia “há muitos anos” na cidade e que era estimado pela população.

Embora breve, a notícia ajuda a documentar uma trajetória que ultrapassa sua participação nas transformações arquitetônicas daquele período: Chevassu fez de Pindamonhangaba seu lugar de vida, e sua família permaneceu ligada à cidade depois de sua morte.

Fonte: Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 17 dez. 1875.

FONTES INSTITUCIONAIS

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN.

Prefeitura de Pindamonhangaba — Secretaria de Cultura e Turismo.

CONDEPHAAT — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

**FIQUE ATENTO AO PRÓXIMO
MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS**